

30 Certificação Legal de Contas e Parecer do Auditor Externo

4  
2019  
Lemos  
MAY  
Raf  
S  
A







Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' and the number '9'.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO**, as quais compreendem o Balanço em **31 de dezembro de 2014**, (que evidencia um total de balanço de 124.211.296,85 euros e um total de fundos próprios de 66.885.610,33 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 532.119,94 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 14.600.077,59 euros de despesa paga e um total de 14.991.205,56 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Expeto quanto à limitação descrita nos parágrafos 7 e 8, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
  - A verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
  - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
  - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.





MARQUES DE ALMEIDA

J. NUNES, V. SIMÕES

& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC 505 281 898 \* Contribuição: 50 000 € \* S.R.O.C. nº 176

*(Handwritten signatures and initials)*

#### Reservas

7. Devido ao facto do exercício de 2013 não ter sido auditado por nós, nem por qualquer outro Revisor Oficial de Contas, não estamos em condições de nos pronunciar sobre os saldos de abertura de 2014, bem como sobre o comparativo do ano anterior.
8. O montante global do imobilizado em curso ascende a 32.501.449 euros. Pela análise dos extratos contabilísticos, é possível concluir que 21.053.133 euros referem-se a faturas anteriores a 31 de dezembro de 2013. Concluímos que não existe um procedimento regular instituído pelo Município que detalhe os montantes incluídos naquela rubrica por obra ou natureza da capitalização, com indicação da antiguidade da mesma, impossibilitando a aferição de quais os ativos que já estão em funcionamento e que devem ser transferidos para as respetivas rúbricas de imobilizado, iniciando-se assim a respetiva amortização e a imputação de subsídios a rendimentos.

#### Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7 e 8, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE MONTE-MOR-O-VELHO**, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

#### Ênfases

10. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
  - 10.1. A execução orçamental da receita e da despesa no exercício de 2014 foi respetivamente de 28,44% e de 27,70%.
  - 10.2. O limite da dívida é de 17.104.614 euros, sendo a dívida total (excluindo as dívidas não orçamentais) de 25.067.128 euros. Verifica-se assim, que a dívida total excede o limite que estava estipulado para 2014.

Coimbra, 20 de abril de 2015

José Joaquim Marques de Almeida  
Em representação de  
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.

**Delegação Coimbra**  
Av. Fernando Namora, nº 514 - 1.ª And. - 3004-508  
2004 - 1700-0960804  
Tel: 216-221177 / Fax: 216-410122  
Email: csoc@marquesdealmeida.com

**Sede**  
Rua Botânica, 88 - 1.º/2.º And. - 4050-400  
4050 - 4050-000004  
Tel: 271-227303 / Fax: 271-227257  
Email: csoc@marquesdealmeida.com

**Delegação Viseu**  
Av. Almeida Garret, nº 66 - 1.ª And. - 3500-070  
3500 - 000-070000  
Tel: 232-435071 / Fax: 232-435225  
Email: cti@marquesdealmeida.com







À Assembleia Municipal,

## PARECER DO AUDITOR EXTERNO

### INTRODUÇÃO

1. Para efeitos da alínea e) do art.º n.º 77 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, do Município de Montemor-o-velho, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de balanço de 124.211.296,85 euros e um total de fundos próprios de 66.885.610,33 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 532.119,94 euros), e na Demonstração dos resultados por natureza, na Demonstração dos fluxos de caixa, e nos correspondentes Anexos exigidos por Lei e na informação sobre a Execução Orçamental.
2. As quantias das demonstrações financeiras e da execução orçamental, são as que constam dos registos contabilísticos.

### RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Município de Montemor-o-velho,:
  - a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação sobre a execução orçamental de acordo com os princípios e regras orçamentais;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados da entidade; e
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira e de execução orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

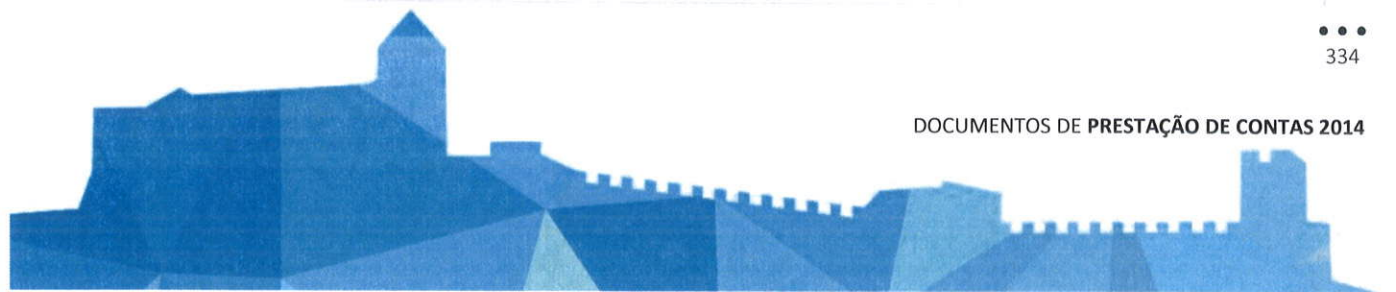
### ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
  - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos, destinados a rever:
    - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 - Ed. Mond - Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 - Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Res. n.º 81 - 2.º andar  
8300 - 688 GUARDA  
Tel: 271 227303 - Fax: 271 227304  
Email: vsroc@gmail.com; telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, n.º 65 - 1.º Post/Esq  
3510 - 030 VISEU  
Tel: 232 436277 - Fax: 232 435276  
Email: cff.consultores@gmail.com; telepac.pt







- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; e
  - a apresentação da informação financeira.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação:
- a) da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos;
  - b) da concordância da informação financeira consolidada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites; e
  - c) do grau de execução orçamental.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação financeira individual e consolidada e sobre a execução orçamental.

*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
- Top right: "J. C."  
- Middle right: "2-2-9-2" and "Lima"  
- Below "Lima": "Nunes"  
- Further down: "P..."  
- Bottom right: "O..."  
- At the very bottom: "A..."

**OPINIÃO**

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira e de execução orçamental do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector e com os princípios e regras orçamentais.

Coimbra, 20 de abril de 2015

José Joaquim Marques de Almeida  
Em representação de

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 - Ed. Mond - Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Reis, nº 81 - 2º andar  
6300 - 058 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: ysroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, nº 65 - 1º Post/Esq  
3510 - 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax: 232 435276  
Email: cfi\_consultores@mail.telepac.pt



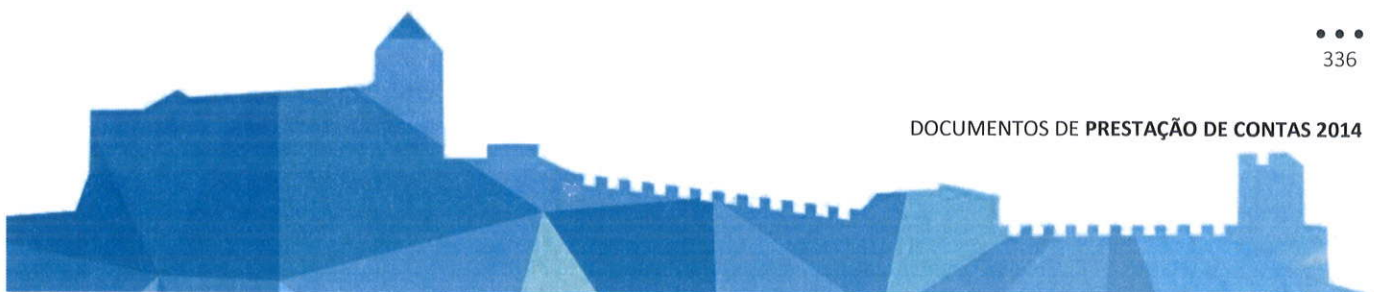
4  
F.  
L. S.  
Lemos  
Lemos  
Lemos  
Lemos  
Lemos



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

# MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

Exercício de 2014







*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Luis', 'Rui', and 'J. Nunes']*

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)  
Presidente da Câmara  
Membros do Órgão Executivo  
Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base na DRA 873 – Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, da OROC.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as Normas Técnicas de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 20 de abril de 2015.
3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
  - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
  - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
  - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
  - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
  - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
  - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;
4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:
  - 4.1. Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimento que considerámos necessários;

Delegação Coimbra  
Av. Fernão do Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Reis, nº 81, 2º andar  
6300 – 068 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax 271 227304  
Email: varoc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, nº 65 – 1º Post./Esq.  
3510 – 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax 232 435279  
Email: cf.consultores@mail.telepac.pt

1



- 4.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;
- 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
- 4.5. Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do n.º 2 do art. 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;
- 4.6. Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
- a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
  - b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
  - c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
  - d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
  - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
  - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
  - g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
  - h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
  - i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
  - j) Outros testes considerados relevantes.
- 4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature and the number '4'.





MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 605 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.
6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.

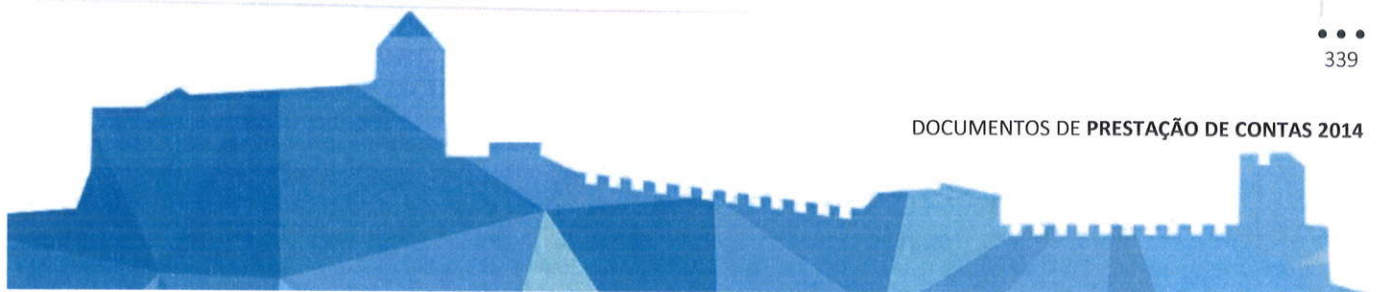
Handwritten notes and signatures in blue ink. Includes a large signature at the top right, a signature with an arrow pointing to the text, and several other signatures and initials on the right margin.

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 819 - Ed. Mond - Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Reis, nº 81 2º andar  
6300 - 008 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.te/apac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, nº 65 - 1ª Pos/Esc  
3510 - 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax: 232 435279  
Email: cfi\_consultores@mail.te/apac.pt

3





## I. Introdução

- 1.1. O Município de Montemor-o-Velho, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 501 272 976.
- 1.2. A sede do Município está localizada na Praça da Republica;
- 1.3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.
- 1.4. Em 31 de dezembro de 2014, o município contava com 205 funcionários efetivos, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
- 1.5. Os membros do órgão executivo, à data de 31 de dezembro, são assim compostos:

CARGO	TITULAR
Presidente	Emílio Augusto Ferreira Torrão
Vice-presidente	José Jacirio Teixeira Verissimo
Vereadora	Paula Elisabete Pires Costa Rama
Vereador	Jorge Luis Forte Camarneiro
Vereadoar	Alexandra Margarida Góis Ferreira
Vereador	Abel da Silva Oliveira Girão
Vereador	Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha

- 1.6. Legislação específica: Lei 73/2013 de 3 de setembro – regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais; e POCAL.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the number '4' and various illegible signatures.





MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 60.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature and the number '9'.

## II. Principais políticas contabilísticas

### 2.1. Políticas Contabilísticas da Autarquia

#### 2.1.1. Amortizações e Reintegrações

Os critérios utilizados para as amortizações e reintegrações do imobilizado consideram-se, na generalidade, dentro dos limites da razoabilidade e apresentam-se consistentes com os que vinham a ser utilizados no exercício anterior.

#### 2.1.2. Valorimetria

##### 2.1.2.1. Existências

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

##### 2.1.2.2. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

##### 2.1.2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

##### 2.1.2.4. Investimentos financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município de Montemor-o-Velho encontram-se registadas ao custo de aquisição.

#### 2.1.3. Especialização de exercícios

Não tivemos conhecimento de situações que coloquem em causa este princípio.

### 2.2. Conformidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Município de Montemor-o-Velho, com as salvaguardas referidas no presente relatório, estão em conformidade com as normas contabilísticas nacionais e internacionais aplicáveis, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 - Ed. Mond - Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede  
Rua Bataíha Reis, n.º 81 2.º andar  
6300 - 988 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, n.º 65 - 1.º Post/Esq  
3510 - 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax: 232 435279  
Email: cff\_consultores@mail.telepac.pt

5



### III. Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2014, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros.

#### 3.1. Imobilizado

##### 3.1.1. Imobilizado Incorpóreo

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

POC	DESIGNAÇÃO	31-dez-13	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31-dez-14
43	<b>IMOBILIZADO INCORPÓREO</b>					
	1 Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2 Despesas de Investigação e Desenvolv.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3 Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizado em Curso	211 935,74	0,00	0,00	0,00	211 935,74
	<b>TOTAL IMOB. BRUTO</b>	<b>211 935,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>211 935,74</b>
48	<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>					
	31 Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	32 Despesas de Investigação e Desenvolv.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	33 Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	34 Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL AMORTIZAÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>NET</b>	<b>211 935,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>211 935,74</b>

Da análise efetuada a esta rubrica, constatou-se que a mesma não se encontra desagregada por subcontas, não sendo possível identificar as obras em curso a que dizem respeito e, se as mesmas já estão concluídas.

Recomendamos que seja feita a desagregação da conta por obra.





### 3.2. Imobilizado

O imobilizado corpóreo e bens de domínio público tiveram a seguinte evolução:

POC	DESIGNAÇÃO	31-dez-13	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31-dez-14
<b>42</b>	<b>IMOBILIZADO CORPÓREO</b>					
1	Terrenos e Recursos Naturais	9 646 392,27	1 543,81	0,00	0,00	9 647 936,08
2	Edifícios e Outras Construções	61 334 897,31	129 248,32	1 090 493,06	3 340 817,39	63 714 469,96
3	Equipamento Básico	1 144 725,28	20 101,06	8 251,40	0,00	1 156 574,94
4	Equipamento Transporte	1 479 608,62	51 079,08	0,00	0,00	1 530 687,70
5	Ferramentas e Utensílios	771 295,77	85 229,00	2 332,32	0,00	854 192,45
6	Equipamento Administrativo	1 378 624,54	21 900,41	0,00	0,00	1 400 524,95
7	Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Outras Imobilizações Corpóreas	233 578,93	21 201,57	0,00	0,00	254 780,50
	<b>Sub-Total</b>	<b>75 989 122,72</b>	<b>330 303,25</b>	<b>1 101 076,78</b>	<b>3 340 817,39</b>	<b>78 559 166,58</b>
442	Imobilizado em Curso	21 053 133,52	2 446 806,47	15 198,22	4 458 110,97	19 026 630,80
448	Adiantamentos P/ Conta Imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>					
451	Terrenos e Recursos Naturais	7 319,34	9 000,00	0,00	0,00	16 319,34
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras Construções e Infraestruturas	53 780 633,74	216,05	30,76	1 117 293,58	54 898 112,61
455	Bens Pat. Hist. Artístico	8 022,81	0,00	0,00	0,00	8 022,81
459	Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Sub-Total</b>	<b>53 795 975,89</b>	<b>9 216,05</b>	<b>30,76</b>	<b>1 117 293,58</b>	<b>54 922 454,76</b>
445	Imobilizado em Curso	13 252 895,76	9 987,29	0,00		13 262 883,05
446	Adiantamentos P/ Conta O.B.D. Público	0,00				0,00
	<b>TOTAL IMOB. BRUTO</b>	<b>164 091 127,89</b>	<b>2 796 313,06</b>	<b>1 116 305,76</b>	<b>8 916 221,94</b>	<b>165 771 135,19</b>
<b>48</b>	<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>					
21	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Edifícios e Outras Construções	13 791 921,82	2 447 918,84	0,00	0,00	16 239 840,66
23	Equipamento Básico	800 602,32	78 923,08	0,00	0,00	879 525,40
24	Equipamento Transporte	1 343 952,10	40 217,72	0,00	0,00	1 384 169,82
25	Ferramentas e Utensílios	580 774,28	70 011,88	0,00	0,00	650 786,16
26	Equipamento Administrativo	1 252 278,38	55 860,35	0,00	0,00	1 308 138,73
27	Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Imobilizações Corpóreas	30 414,40	6 019,60	0,00	0,00	36 434,00
52	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Outras Construções e Infraestruturas	26 876 685,95	2 646 375,85	0,00	0,00	29 523 061,80
59	Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL AMORTIZAÇÕES</b>	<b>44 676 629,25</b>	<b>5 345 327,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50 021 956,57</b>
	<b>NET</b>	<b>119 414 498,64</b>	<b>-2 549 014,26</b>	<b>1 116 305,76</b>	<b>8 916 221,94</b>	<b>115 749 178,62</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
4  
9  
2-6-9-1  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]

Dos movimentos ocorridos na rubrica de imobilizado corpóreo destacamos:

- Transferências, no valor de 3.340.817,39 euros, de imobilizado em curso para edifício e outras construções. Destacamos a conclusão da Rede de esgotos da Portela (zonas limitrofes) - Fase B (ETAR), Verride, Vila Nova da Barca e a conclusão do sintético de Pereira.
- Em relação à rubrica de bens de domínio público destacamos a transferência de 1.117.293,58 euros de imobilizado em curso corpóreo para outras construções e infraestruturas, onde destacamos a conclusão do Eixo Viário Pedonalizado de ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha (613.179,58 euros e ligação entre a rotunda da feira e o centro de exposições e largo da feira (222.695,58 euros).

O montante global do imobilizado em curso ascende a 32.501.449 euros. Pela análise dos extratos contabilísticos, é possível concluir que 21.053.133 euros referem-se a faturas anteriores a 31 de dezembro de 2013. Concluimos que não existe um procedimento regular instituído pelo Município que detalhe os montantes incluídos naquela rubrica por obra ou natureza da capitalização, com indicação da antiguidade da mesma, impossibilitando a aferição de quais os ativos que já estão em funcionamento e que devem ser transferidos para as respetivas rúbricas de imobilizado, iniciando-se assim a respetiva amortização e a imputação de subsídios a rendimentos.

Dos testes efetuados às amortizações do exercício, verificámos que os valores se encontram adequados e foram calculados de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria nº 671/2000 (II série) de 17 de Abril.

Os bens de domínio público que não são objeto de amortizações são os bens que constam na conta Terrenos e Recursos Naturais (451), já que não estão sujeitos ao regime de amortizações, conforme o estipulado na alínea g), nº1 do art.º36º da Portaria nº671/00 de 17 de Abril (CIBE) e na conta Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural (455), que não estão sujeitos ao regime de amortizações, de acordo com a alínea a), nº1 do art.º36º da mesma Portaria.

Efetuámos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetadas diferenças materialmente relevantes.

De referir que todas as aquisições de imobilizado efetuadas no exercício de 2014 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

Recomendamos que o Município reveja a sua política de seguros.

Efetuamos o cruzamento dos mapas do SIC (Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial) com o SCA (Contabilidade Autárquica), não tendo sido detetados quaisquer bens não espelhados na contabilidade.

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2014 encontram-se registadas pelo custo de aquisição,







O saldo em balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
<b>Investimentos financeiros</b>			
<b>Partes de capital</b>			
<b>Empresas municipais e intermunicipais</b>			
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A	48 348,48 €	3,14%	Método Custo
Coimbra vita (1)	9 975,96 €	0,18%	Método Custo
	<b>58 324,44 €</b>		
<b>Empresas privadas ou cooperativas</b>			
WRC, S.A.	7 500,00 €	0,37%	Método Custo
Associação Coimbra Região Digital (1)	25 000,00 €	0,66%	Método Custo
	<b>32 500,00 €</b>		
<b>Obrigações e Títulos de Participação</b>			
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	792 837,93 €		
	<b>792 837,93 €</b>		
<b>Total</b>	<b>883 662,37 €</b>		

(1) Sem dados

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.*

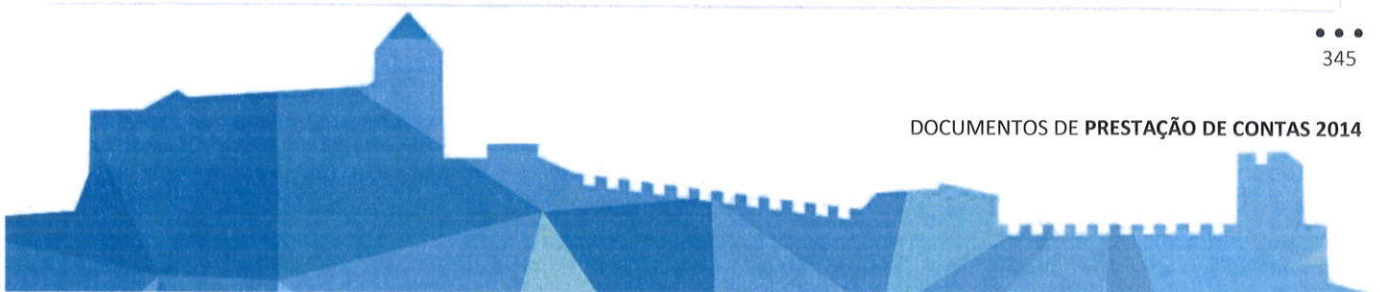
Os testes efetuados permitiram-nos concluir que, em termos globais, o valor contabilístico das participações é superior ao seu custo de aquisição.

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado	Provisão
<b>Investimentos financeiros</b>				
<b>Partes de capital</b>				
<b>Empresas municipais e intermunicipais</b>				
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A	48 348,48 €	3,14%	Método Custo	0,00 €
Coimbra vita (1)	9 975,96 €	0,18%	Método Custo	9 975,96 €
	<b>58 324,44 €</b>			
<b>Empresas privadas ou cooperativas</b>				
WRC, S.A.	7 500,00 €	0,37%	Método Custo	3 670,11 €
Associação Coimbra Região Digital (1)	25 000,00 €	0,66%	Método Custo	25 000,00 €
	<b>32 500,00 €</b>			
<b>Obrigações e Títulos de Participação</b>				
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	792 837,93 €			
	<b>792 837,93 €</b>			
<b>Total</b>	<b>883 662,37 €</b>			<b>38 646,07 €</b>

(1) Sem dados

No entanto, não podemos deixar de referir que, em valores contabilísticos, a participação na WRC, S.A. é inferior ao seu custo de aquisição em 3.670,11 euros.

De salientar, que o Município constituiu provisão, no valor de 34.975,96 euros, referente à participação na CoimbraVita – ADR, S.A. e Associação Coimbra Região Digital uma vez que não foi possível apurar qual o seu valor contabilístico devido à falta de





informação prestada pelas participadas. O Município, tendo em atenção o princípio da prudência, constituiu uma provisão pela totalidade do valor participação.

O Município tem o valor global de 38.646,07 euros na rubrica de provisões para Investimentos financeiros.

Em virtude da nota explicativa emitida pelo SATAPOCAL, em março de 2015, sem data, divulgada aos municípios por intermédio do ofício-circulado nº 000489-2015 de 06/04/2015 da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) relacionada com a contabilização da contribuição dos municípios para o capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM), o contributo do município para o FAM deve ser contabilizado, na sua totalidade, no exercício de 2014 apesar do pagamento apenas ser efetuado no exercício de 2015 e nos exercícios seguintes. Face a esta contabilização o ativo e o passivo do município aumentaram em 792.837,93 euros.

### 3.3. Existências

À data de 31 de dezembro de 2014 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Existências	31.12.14	31.12.13
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas	0,00	0,00
Materias diversos	179 869,34	155 063,17
<b>Total</b>	<b>179 869,34</b>	<b>155 063,17</b>

O saldo do balanço respeita às matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2014.

Foi realizada uma contagem física a 31/12/2014, a qual foi por nós presenciada.

Na sequência das contagens físicas, foram detetadas algumas diferenças entre sistema de gestão de stock (GES) e o existente em armazéns, que deu origem a uma regularização.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large 'X' and several illegible signatures.







*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.]*

### 3.4. Clientes

À data de 31 de dezembro de 2014 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Clientes	31.12.14	31.12.13
Clientes c/c	130 404,33	144 961,25
Contribuintes c/c	90 938,71	80 469,58
Utentes c/c	8 628,60	6 335,10
Clientes c/caução	0,00	0,00
Clientes/Utentes/Cont. Cob. Duv.	88 469,83	83 619,31
<b>Total</b>	<b>318 441,47</b>	<b>315 385,24</b>

Provisões	31.12.14	31.12.13
Para Riscos e Encargos	1 280 456,39	649 652,81
<b>Total</b>	<b>1 280 456,39</b>	<b>649 652,81</b>

Tendo por base o estipulado no POCAL no ponto 2.7.1- provisões, o Município reforçou a provisão para clientes de cobrança duvidosa no valor 5.190,26 euros.

Dado o reduzido valor global da rubrica de clientes e uma vez que na sua grande maioria são particulares, com saldos de pequeno montante, não foi efetuada a circularização dos saldos.

### 3.5. Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2014, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públicos	31.12.14	31.12.13
Retenção de Imp. s/Rend	-29 930,43	-33 029,94
Imposto s/ Valor Acrescentado	67 367,38	40 755,77
Restantes Impostos	-11,50	-11,50
Contribuições para a S.S. e CGA	-75 779,95	-24 025,55
Outras tributações	-49 121,73	-36 225,83
<b>Total</b>	<b>-87 476,23</b>	<b>-52 537,05</b>

O saldo da rubrica "Imposto sobre o valor a Acrescentado" respeita ao valor a recuperar no montante de 67.367,38 euros.

Relativamente aos restantes impostos, verificámos que, mensalmente e dentro dos prazos legais, foram efetuadas as entregas dos valores retidos relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, dos valores relativos aos descontos para a segurança social e dos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.





O saldo da rubrica "Contribuições para a S.S. e CGA" evidencia o valor em dívida referente às contribuições a cargo da entidade e do trabalhador, para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Segurança Social (SS) do mês de dezembro e liquidadas em Janeiro de 2015.

Testamos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo sido detetadas situações dignas de realce.

### 3.6. Outros Devedores e Credores

À data de 31 de dezembro de 2014, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outros Devedores e Credores	31.12.14	31.12.13
Fornecedores de Imobilizado	-2 031 115,47	-2 081 298,88
Sindicatos	-630,36	-631,52
Pessoal	0,00	0,00
Administração Autarquica	0,00	0,00
Devedores e Credores Diversos	958 674,23	354 077,42
<b>Total</b>	<b>-1 073 071,60</b>	<b>-1 727 852,98</b>

Circularizamos 15 fornecedores de imobilizado à data de 31 de dezembro de 2014, o que corresponde a cerca de 92% do saldo em dívida a essa data. Dos fornecedores circularizados obtivemos resposta de 8, das quais 5 eram concordantes e 3 não concordantes. Em relação aos fornecedores de imobilizado que não responderam foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios. Foram detetadas diferenças nos seguintes fornecedores de imobilizado:

Fornecedor	Saldo a 31/12	Saldo segundo o fornecedor	Diferença
Redáguas - Sociedade de Construções, Lda.	570	5 789	-5 220
Aquino Construções	94 031	94 844	-812
José Marques Grácio, S.A.	96 594	100 124	-3 530
<b>TOTAL</b>			<b>-9 562</b>

Verifica-se assim que, na amostra selecionada, o saldo de fornecedores de imobilizado e de fornecedores de imobilizado-faturas em receção e conferência está subavaliado em 9.562 euros.

Em virtude da nota explicativa emitida pelo SATAPOCAL, em março de 2015, sem data, divulgada aos municípios por intermédio do ofício-circulado n.º 000489-2015 de 06/04/2015 da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) relacionada com a contabilização da contribuição dos municípios para o capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM), o contributo do município para o FAM deve ser contabilizado, na sua totalidade, no exercício de 2014 apesar do pagamento apenas ser efetuado no exercício de 2015 e nos exercícios seguintes. Face a esta contabilização o ativo e o passivo do município aumentaram em 792.837,93 euros.

Na rubrica do pessoal, foram testados com base numa amostra aleatória 64 recibos de vencimento (referentes ao processamento de salários do mês de março, de junho, de setembro e de dezembro). Efetuamos, o cruzamento da informação constante na folha





de remunerações com cadastro individual e testamos a adequação das taxas de retenção na fonte, das taxas de segurança social, das taxas da Caixa Geral de Aposentações e da ADSE. Da amostra selecionada não foram detetadas exceções dignas de realce.

A Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2014 o Artigo 62º - Redução Trabalhadores Autarquias locais prevê que durante o ano 2014 as autarquias reduzam 2%, no mínimo, o número de trabalhadores, relativamente aos existentes em 31 dezembro 2013, sem prejuízo do art. 55º. Exceção: pessoal que assegura atividades de transferência /contratualização de competências da administração central para a local no âmbito da educação.

O Município não cumpriu a redução prevista no Orçamento do Estado para 2014.

No final de cada trimestre, o município presta informação detalhada à DGAL sobre o cumprimento do objetivo supra.

### 3.7. Disponibilidades

À data de 31 de dezembro de 2014 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31.12.14	31.12.13
Caixa	3 155,42	1 629,21
Depósitos à ordem		
Caixa Geral de Depósitos	274 097,33	335 797,51
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	58 796,71	3 999,31
Banco BPI	522 188,23	123 020,42
	855 082,27	462 817,24
<b>Total</b>	<b>858 237,69</b>	<b>464 446,45</b>

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efetuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2014, tendo sido obtida resposta.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2014, tendo-se verificado que as diferenças de conciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.



### 3.8. Acréscimos e diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Acréscimos e Diferimentos	31.12.14	31.12.13
Acréscimos de proveitos	3 861 930,45	2 837,77
Custos diferidos	11 411,25	180 671,40
Acréscimos de custos	-765 081,33	-172 167,41
Proveitos diferidos	-29 235 673,53	-29 390 050,63
Total	-26 127 413,16	-29 378 708,87

Do total de saldo da rubrica acréscimos de proveitos evidenciamos o valor de 2.714.800,00 euros referente à estimativa do IMI, o valor de 110.800,00 euros de derrama, o valor 800.727,00 euros relativo à participação do IRS e o valor de 129.982,99 euros da faturação de água de dezembro. Estes montantes referem-se a valores do ano de 2014, que só irão ser recebidos em 2015, cumprindo-se assim o princípio da especialização do exercício previsto no POCAL. Dos testes efetuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

No tocante aos custos diferidos destacamos a especialização dos seguros. Dos testes efetuados concluímos que os valores apurados são adequados.

Do valor evidenciado em acréscimos de custos, salientamos o montante de 385.593,68 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e o montante de 120.330,96 euros relativo aos encargos com férias e subsídio de férias, vencidos em 2014 e a liquidar em 2015. Foram igualmente contabilizados, como acréscimo de custos, os juros dos empréstimos referentes a 2014 que só irão ser pagos em 2015. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

Em relação aos proveitos diferidos salientamos o montante de 29.235.673,53 euros referente aos subsídios recebidos. Este valor não foi circularizado junto das respetivas entidades

*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
4  
2-5-9-1  
bons  
Ines  
[Signature]







### 3.9. Fundos próprios

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	72 580 624,04	147 454,16	1 102 107,52	71 625 970,68
				0,00
	72 580 624,04	147 454,16	1 102 107,52	71 625 970,68
55 Ajustamentos Partes Capital				0,00
56 Reservas de Reavaliação				0,00
57 Reservas				0,00
571 Reservas Legais	305 986,63			305 986,63
572 Reservas Estatutárias				0,00
573 Reservas Contratuais				0,00
574 Reservas Livres				0,00
575 Subsídios	1 006 907,98			1 006 907,98
576 Doações				0,00
	1 312 894,61	0,00	0,00	1 312 894,61
59 Resultados Transitados	-9 494 991,26	3 514 116,69	604 500,33	-6 585 374,90
88 Resultado Líquido do Exercício	-30 774,55	532 119,94	-30 774,55	532 119,94
89 Dividendos Antecipados				0,00
<b>T O T A L</b>	<b>64 367 752,84</b>	<b>4 193 690,79</b>	<b>1 675 833,30</b>	<b>66 885 610,33</b>

*Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature and the word 'meu' written vertically.*

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido negativo do exercício de 2013 no valor de 30.774,55 euros para a rubrica de resultados transitados;
- Na rubrica de património sofreu uma redução de 1.102.107,52 euros, essencialmente, devido à regularização do valor referente à ETAR de Liceia, Gatões e Seixo, que se encontrava sobreavaliada no Sistema de Inventário e Cadastro (SIC) por registo em duplicado;
- Em resultados transitados registou-se um aumento de 3.514.116,69 euros devido à contabilização do IMI, da derrama, da participação no IRS e da faturação de água de dezembro, referente ao ano de 2013 que foi recebido em 2014 e uma diminuição de 604.500,33 euros. Esta diminuição deveu-se, essencialmente, ao lançamento das férias e subsídio de férias e respetivos encargos do ano de 2013 pagos em 2014 e à anulação de um valor da Centrologis e de uma participação registada indevidamente da ERSUC.
- O resultado líquido positivo do exercício de 2014 foi de 532.119,94 euros.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2014 a conta de património evidencia um saldo de 71.625.970,68 euros, o que corresponde a cerca de 57,66% do ativo. Esta situação encontra-se em cumprimento com o previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL (é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo).



### 3.10. Dívidas a instituições de crédito

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.14	31.12.13
Caixa Geral de Depósitos	20 514 919,30	21 159 106,99
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	353 382,18	376 420,83
Banco BPI	0,00	417 319,01
<b>Total</b>	<b>20 868 301,48</b>	<b>21 952 846,83</b>

Solicitamos ao município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

### 3.11. Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Fornecedores	31.12.14	31.12.13
Fornecedores c/c	1 615 310,78	2 511 739,55
Fornecedores c/c - faturas em recepção e conferência	112 407,34	46 364,24
<b>Total</b>	<b>1 727 718,12</b>	<b>2 558 103,79</b>

Circularizamos 25 fornecedores à data de 31 de dezembro de 2014, o que corresponde a cerca de 85% do saldo em dívida a essa data. Dos fornecedores circularizados obtivemos resposta de 15, das quais 9 eram concordantes e 6 não concordantes. Em relação aos fornecedores que não responderam foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios. Foram detetadas diferenças nos seguintes fornecedores:

Fornecedor	Saldo a 31/12	Saldo segundo o fornecedor	Diferença
Moises Correia de Oliveira- Gestão e Inovação de Transportes, L	14 356	20 643	-6 287
António da Silva Campos	45 980	52 772	-6 793
Daniel Martins dos Santos	15 468	16 809	-1 341
GGC	27 427	30 928	-3 501
Universidade de Coimbra Faculdade de Medicina	22 835	32 159	-9 325
EDP Serviço Universal, S.A.	195	-2 335	2 529
<b>TOTAL</b>			<b>-24 717</b>

Verifica-se assim que, na amostra selecionada, o saldo de fornecedores c/c e de fornecedores-faturas em recepção e conferência está subavaliado em 24.717 euros.





*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' and several names.]*

### 3.12. Provisões

Provisões	31.12.14	31.12.13
Para Riscos e Encargos	1 280 456,39	649 652,81
<b>Total</b>	<b>1 280 456,39</b>	<b>649 652,81</b>

No âmbito do processo de circularização junto do advogado que presta serviços ao município obtivemos resposta do Dr. Deolindo Correia.

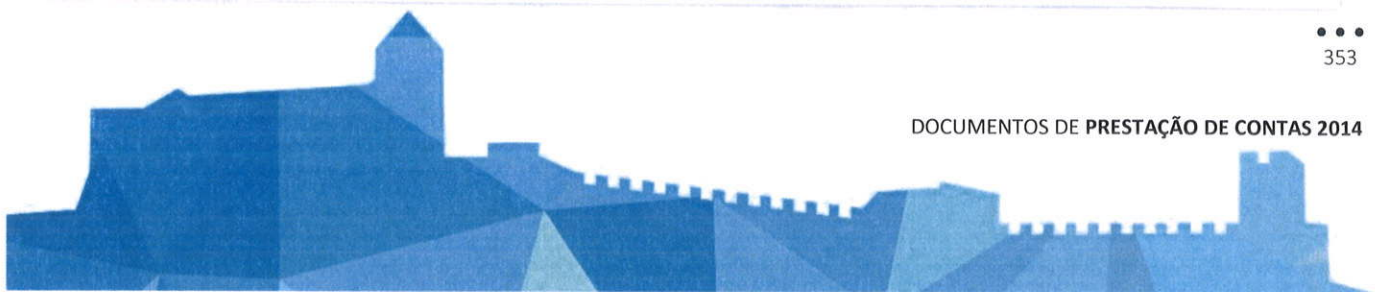
Identificamos 34 ações judiciais em curso à data de 31 de dezembro de 2014. O valor destas ações totaliza € 2.177.513,86. Em relação a três ações que totalizam € 897.057,47 o município ganhou, em 1ª ou 2ª instância, mas os autores recorreram.

Em relação às restantes ações judiciais, nas quais são reclamadas indemnizações de € 1.280.456,39, o advogado não se pronuncia sobre eventuais responsabilidades a serem atribuídas ao município.

Estas responsabilidades, decorrentes de riscos de natureza específica, susceptível de, no futuro, se traduzirem em obrigações para o município estão, na sua totalidade, relevadas nas demonstrações financeiras.

Conforme decorre do ponto 2.7.1. do POCAL "a constituição de provisões deve respeitar apenas situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a importância ser superior às necessidades (...) são consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente (...) a obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso".

Tendo em atenção o princípio da prudência, previsto no POCAL, o município reforçou a provisão para riscos e encargos em € 657.384,64, atingindo esta o valor global de € 1.280.456,39, cobrindo assim os riscos decorrentes de ações entrepostas contra o município, em relação às quais ainda não foi proferida qualquer decisão, ou essa decisão foi desfavorável ao município e este recorreu para instâncias superiores.





### Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de imobilizado representam 94,0% do ativo do município. Destas, são as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público, as rubricas mais relevantes;
- A variação ocorrida nos investimentos financeiros deve-se à contabilização do FAM e ao reconhecimento de provisões;
- Os depósitos bancários e o saldo de caixa aumentaram 84,79% face ao verificado no ano anterior;
- Face ao período homólogo o ativo aumentou 1,67%;
- As principais rúbricas do passivo são os proveitos diferidos (51%) e as dívidas a instituições de crédito a médio/longo prazo (32,6%);
- As dívidas a terceiros de médio/longo prazo referentes a instituições de crédito diminuíram 1,30% nas globais as dívidas a médio e longo prazo aumentaram 2,3% fruto da contabilização do FAM. De salientar que as dívidas de curto prazo a instituições de crédito diminuíram 27,9%;
- As dívidas a terceiros de curto prazo diminuíram 23,2%. De realçar a diminuição da dívida a fornecedores e a fornecedores de imobilizado-c/c, em 35,7% e 4,0 respetivamente;
- Face ao período homólogo o passivo diminui 0,8%;
- As principais rubricas de custos são os custos com o pessoal (26,71%), os fornecimentos e serviços externos (25,52%) e as amortizações do exercício (33,83%). Face ao verificado no período homólogo os custos com o pessoal aumentaram 0,38%, as amortizações do exercício aumentaram 2,87% e os fornecimentos e serviços externos diminuíram em 0,59%;
- De destacar o aumento das provisões para fazer face a eventuais riscos e encargos;
- A principal rubrica de proveitos são as transferências e subsídios obtidos, que face ao período homólogo diminuíram 1,67%;
- A rubrica de impostos e taxas aumentou 16,66% face ao verificado no ano anterior;
- O resultado líquido de 2014 é positivo em 532.119,94 euros, o que representa uma melhoria em relação ao verificado no ano anterior. Os resultados financeiros e os resultados extraordinários também apresentaram uma melhoria face a 2013. Os resultados operacionais são negativos, registando um agravamento de 1,3% face a 2013.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.]*







*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials.*

**IV. Principais rácios financeiros**

Em termos de rácios financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores		2014		2013		Varição	
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Circulante	3.531.824,49	53,12%	2.152.440,36	24,87%	28,25%
		Passivo Circulante	6.649.040,81		8.656.398,75		
	Liquidez Reduzida	Ativo circulante - existências	3.351.955,15	50,41%	1.997.377,19	23,07%	27,34%
		Passivo circulante	6.649.040,81		8.656.398,75		
	Liquidez imediata	Disponibilidades	858.237,69	12,91%	464.446,45	5,37%	7,54%
		Passivo circulante	6.649.040,81		8.656.398,75		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes	86.254.463,73	73,84%	83.300.140,27	69,51%	4,33%
		Imobilizado líquido	116.806.130,66		119.832.460,34		
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c p	6.649.040,81	5,69%	8.656.398,75	7,22%	-1,53%
		Imobilizado líquido	116.806.130,66		119.832.460,34		
Endividamento	Endividamento	Passivo	57.325.686,52	46,15%	57.800.657,03	47,31%	-1,16%
		Ativo Líquido	124.211.296,85		122.168.409,87		
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP	19.368.853,40	33,79%	18.932.387,43	32,75%	1,03%
		Passivo	57.325.686,52		57.800.657,03		
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP	18.689.278,47	32,60%	18.932.387,43	32,75%	-0,15%
		Passivo	57.325.686,52		57.800.657,03		
	Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP	6.649.040,81	11,60%	8.656.398,75	14,98%	-3,38%
		Passivo	57.325.686,52		57.800.657,03		

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 - Ed. Mond - Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roo@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Reis, nº 81 2º andar  
6300 - 688 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@gmail.com telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, nº 65 - 1º Pos/Esq  
3510 - 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax: 232 435279  
Email: cff.consultores@gmail.com telepac.pt





Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '4' and various scribbles.

V. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

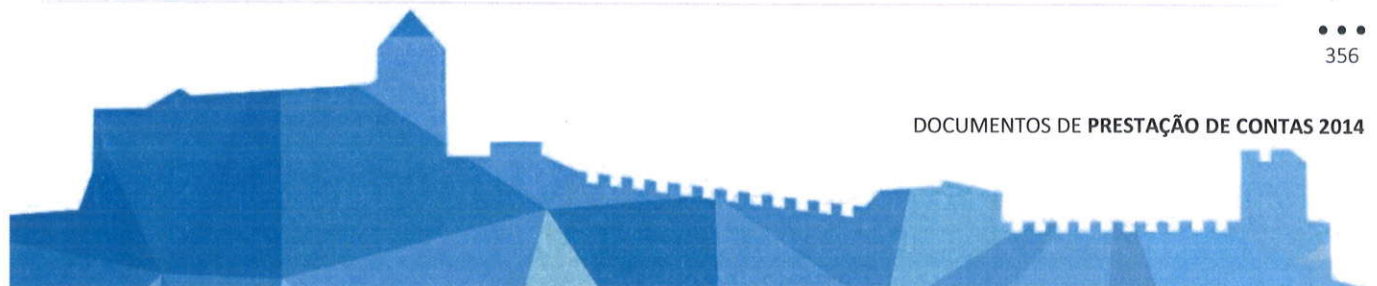
Com referência a 31 de dezembro de 2014 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DA DESPESA	2014	
	VALOR	%
DESPESAS CORRENTES	10.454.671,92	66,98%
DESPESAS DE CAPITAL	4.145.405,67	11,18%
<b>TOTAL</b>	<b>14.600.077,59</b>	<b>27,70%</b>

EXECUÇÃO DA RECEITA	2014	
	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	13.674.457,75	75,42%
RECEITAS DE CAPITAL	1.235.470,68	3,57%
OUTRAS RECEITAS	78.047,34	7804,73%
<b>TOTAL</b>	<b>14.987.975,77</b>	<b>28,44%</b>

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Montemor-o-Velho com referência a 31 de dezembro de 2014, apresenta-se equilibrado, tendo em conta que a execução da receita total (28,44%) é superior à execução da despesa total (27,70%). Contudo, a execução encontra-se, na sua generalidade, abaixo do orçamentado, com exceção das outras receitas.

Chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de Setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo







*Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.*

### 5.1. Controlo orçamental da receita

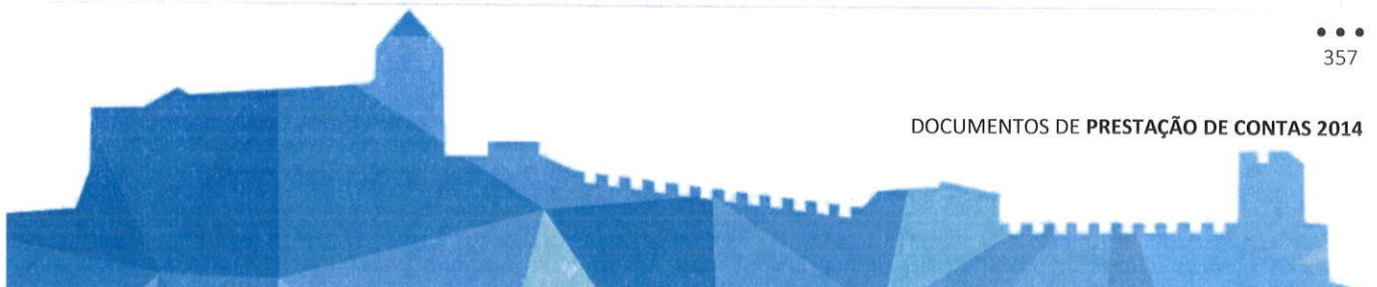
Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2014, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de cerca de -37.714.324,23 euros, -71,56%).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PESO %	Receita Cobrada Líquida N	GRAU DE EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	IMPOSTOS DIRECTOS	2 486 100,00	4,7%	3 572 089,61	143,68%	124,0%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	44 800,00	0,1%	47 257,93	105,49%	93,8%
04	TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 101 000,00	2,1%	1 205 933,07	109,53%	104,9%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 010 600,00	9,5%	4 078,67	0,08%	40,4%
06	TRANSFERENCIAS CORRENTES	7 467 093,00	14,2%	6 979 162,73	93,47%	94,0%
07	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS	1 810 800,00	3,4%	1 698 486,87	93,80%	91,4%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	209 607,00	0,4%	167 448,87	79,89%	73,9%
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>18 130 000,00</b>	<b>34,4%</b>	<b>13 674 457,75</b>	<b>75,42%</b>	<b>99,95%</b>
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	713 000,00	1,4%	0,00	0,00%	1,45%
10	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	6 106 725,00	11,6%	1 164 675,26	19,07%	27,14%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	0,00	-	-
12	PASSIVOS FINANCEIROS	27 749 800,00	52,7%	0,00	0,00%	1,54%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 775,00	0,0%	70 795,42	3988,47%	0,00%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>34 571 300,00</b>	<b>65,6%</b>	<b>1 235 470,68</b>	<b>3,57%</b>	<b>8,93%</b>
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 000,00	0,0%	78 047,34	7804,73%	1126,58%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,0%	0,00	-	-
<b>TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS</b>		<b>1 000,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>78 047,34</b>	<b>7804,73%</b>	<b>1126,58%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>52 702 300,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>14 987 975,77</b>	<b>28,44%</b>	<b>30,04%</b>

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente as transferências de capital (representam 11,6% do total das receitas), os passivos financeiros (representam 52,7% do total das receitas) e as transferências correntes (representam 14,2% do total das receitas).

Podemos também verificar que as receitas provenientes de impostos diretos, impostos indiretos, taxas multas e outras penalidades e outras receitas de capital ficaram acima do montante orçamentado.

Em comparação com o período homólogo a receita corrente cobrada líquida registou uma variação positiva de 8,59%, enquanto que na receita de capital cobrada líquida registou-se uma variação negativa de 66,93%. Em termos globais a execução da receita diminuiu 8,34%.





## 5.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2014, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de -38.102.222,41 euros (desvio de cerca de -72,30%).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES	PESO %	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	CUSTOS COM O PESSOAL	4 664 300,00	8,85%	4 083 825,15	87,55%	90,03%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7 482 900,00	14,20%	5 095 814,15	68,10%	55,30%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	2 324 800,00	4,41%	598 500,81	25,74%	29,68%
04	TRANSFERENCIAS CORRENTES	857 700,00	1,63%	476 381,52	55,54%	43,82%
05	SUBSIDIOS	0,00	0,00%	0,00	-	-
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	278 300,00	0,53%	200 150,29	71,92%	31,30%
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>		<b>15 608 000,00</b>	<b>29,62%</b>	<b>10 454 671,92</b>	<b>66,98%</b>	<b>59,96%</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	13 058 780,00	24,78%	2 701 973,28	20,69%	31,83%
08	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	449 150,00	0,85%	314 772,05	70,08%	51,75%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	44 200,00	0,08%	44 115,00	99,81%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	23 539 600,00	44,67%	1 084 545,34	4,61%	8,25%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2 570,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>37 094 300,00</b>	<b>70,38%</b>	<b>4 145 405,67</b>	<b>11,18%</b>	<b>17,22%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>52 702 300,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>14 600 077,59</b>	<b>27,70%</b>	<b>29,98%</b>

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente os passivos financeiros (representam 44,67% do total das despesas), a aquisição de bens de capital (representam 24,78% do total das despesas) e as aquisições de bens e serviços (representam 14,20% do total das despesas).

Podemos também verificar que nenhuma despesa, quer corrente, quer de capital, ficou acima do montante orçamentado.

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 66,98% e de 11,18%, respetivamente. Face ao período homólogo as despesas correntes pagas aumentaram 7,26%, enquanto que as despesas de capital paga diminuíram 36,95%.

No global a despesa paga em 2014 diminuiu 10,55% face à despesa paga em 2013.

A poupança corrente foi de 3.219.785,83 euros.





### 5.3. Rácios orçamentais

Os principais rácios orçamentais são:

Indicadores	2014		2013		Varição	Observações
Receita líquida total	14.987.975,77	102,66%	16.351.655,98	100,18%	2,47%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	14.600.077,59		16.321.595,59			
Receita corrente	13.674.457,75	91,24%	12.593.198,26	77,01%	14,22%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	14.987.975,77		16.351.655,98			
Receita corrente	13.674.457,75	130,80%	12.593.198,26	129,21%	1,59%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	10.454.671,92		9.746.660,87			
Impostos diretos	3.572.089,61	26,12%	3.046.742,70	24,19%	1,93%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	13.674.457,75		12.593.198,26			
Receita de capital	1.235.470,68	8,24%	3.735.926,22	22,85%	-14,60%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	14.987.975,77		16.351.655,98			
Receita de capital	1.235.470,68	29,80%	3.735.926,22	56,82%	-27,02%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	4.145.405,67		6.574.934,72			
Despesa corrente	10.454.671,92	71,61%	9.746.660,87	59,72%	11,89%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	14.600.077,59		16.321.595,59			
Despesa de capital	4.145.405,67	28,39%	6.574.934,72	40,28%	-11,89%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	14.600.077,59		16.321.595,59			
Despesas rígidas	5.766.871,30	39,50%	7.021.637,12	43,02%	-3,52%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	14.600.077,59		16.321.595,59			
Despesas rígidas	5.766.871,30	38,48%	7.021.637,12	42,94%	-4,46%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos, os passivos financeiros no total da receita
Receitas totais	14.987.975,77		16.351.655,98			
Aquisição de bens de capital	2.701.973,28	18,51%	4.232.017,65	25,93%	-7,42%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	14.600.077,59		16.321.595,59			

O rácio da receita líquida total/despesa total paga situa-se ligeiramente acima dos 100%, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Face a 2013 este rácio regista uma melhoria de 2,47%.

O peso das despesas rígidas face às receitas totais e à despesa total diminuiu face a 2013.



#### 5.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2014	2013	Vanação	Observações
Poupança corrente	3.219.785,83	2.846.537,39	373.248,44 13,11%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	71,56%	69,96%	1,60%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-37.714.324,23	-38.089.231,02	374.906,79	
Equilíbrio orçamental corrente	130,80%	129,21%	1,59%	
Equilíbrio orçamental de capital	29,80%	56,82%	-27,02%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indica que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido formal	103%	100%	2,47%	
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	79%	74%	4,12%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente aumentou 13,11% (373.248 euros) face à verificada no ano anterior.

Em 2014 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em -37.714.324,23 euros enquanto que em 2013, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice de -38.089.231,02 euros. Ou seja, há uma melhoria de 374.906,79 euros, face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal e em equilíbrio orçamental corrente, mas o equilíbrio orçamental de capital é de apenas 29,8%.





*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the number '9'.*

**VI. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total**

De acordo com o mapa de pagamentos em atraso calculado pela DGAL o Município tem pagamentos em atraso. O prazo médio de pagamentos é de 226 dias.

Os fundos disponíveis a dezembro de 2014 eram negativos em € 9.244.533,97.

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Situação do Município	Recuperação Financeira	Situação do Município	Legislação
1	≥ 1 e ≤ 1,5	FACULTATIVO	-	-	-	art. 58º, nº2
2	> 0,75 (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58º, nº1, b)
3	> 1,5 e < 2,25	OBRIGATÓRIO	SIM	-	-	art. 58º, nº1, a) e nº3
4	≥ 2,25 e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	NÃO	FACULTATIVO	NÃO	art. 58º, nº 3
5	> 3	-	-	OBRIGATÓRIO	NÃO	art. 61º, nº2

A 31 de dezembro de 2014 o município encontra-se em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos no art. 57º da Lei n.º 73/2013 de 03/09.

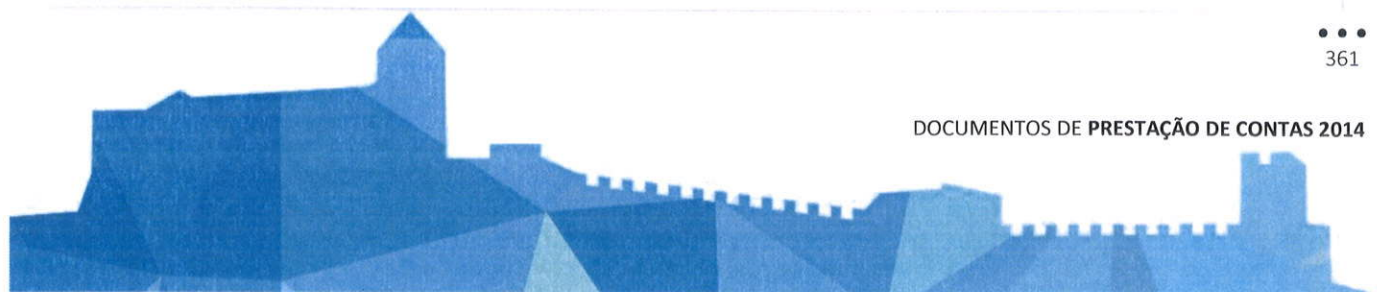
O Município encontra-se em renegociação de contrato de empréstimo – reequilíbrio financeiros com a banca.

Limite à dívida total	
Receita líquida corrente cobrada nos últimos três anos	Montante
2011	10.388.157
2012	11.227.872
2013	12.593.198
<b>Total</b>	<b>34.209.227</b>
<b>Média</b>	<b>11.403.076</b>
<b>Limite à dívida total das operações orçamentais</b> (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))	<b>17.104.614</b>

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Ross. nº 81 2ª andar  
6300 – 688 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, nº 65 - 1ª Posf/Esq  
3510 – 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax: 232 435279  
Email: ctf.consultores@mail.telepac.pt





*Handwritten notes and signatures:*  
 9  
 21-9-14  
 Lucas  
 [Signatures]

O limite da dívida é de 17.104.614 euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 25.067.128 euros (não obtivemos dados da CoimbraVita, nem da Associação Coimbra Digital, pelo que a dívida total poderá ser maior).

	2013	2014
(1) Dívida total	27 588 786	26 017 894
(2) FAM	-	792 838
(3) Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	13 061	11 579
(4) Dívidas não orçamentais	166 212	169 508
(1)-(2)-(3)-(4) Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	27 435 635	25 067 128
Margem absoluta	-10 331 021	-7 962 514
Margem utilizável no ano seguinte	-	-
Redução do montante em excesso	1 033 102	796 251
Aumento do endividamento		-2 368 507
Só aumentou até 20% da margem disponível no início do exercício?		na

Face ao verificado a 31 de dezembro de 2013 a dívida total diminuiu 2.368.507 euros, sendo a margem do município negativa em 7.962.514 euros, o que significa que em 2015, segundo o art. 52º, nº3, al. a) da Lei 73/2013 de 3 de setembro, esta margem tem que ser reduzida em 10%.

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo."

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Montemor-o-Velho cumpre o disposto no referido artigo.

Ano de 2014	Montante
(1) Valor das receitas correntes <b>brutas</b>	13 677 678,54
(2) Despesa corrente	10 454 671,92
(3) Amortizações médias dos empréstimos	3 136 150,11
<b>TOTAL (1) - (2) - (3)</b>	<b>86 856,51</b>
Equilíbrio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09)	<b>SIM</b>







MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '4']*

## VII. Saneamento financeiro

O Município tem a decorrer um plano de saneamento financeiro que foi aprovado pelo executivo camarário em 11/05/2009 e pela assembleia municipal em 18/11/2009, com vista à reprogramação da dívida e à consolidação de passivos.

Para os contratos de saneamento anteriores à publicação da lei 73/2013 de 3 de setembro, dispõe o artigo 86º desta lei, que deverá ser aplicado o art. 40º, nº4, al c) da Lei 2/2007 de 15 de janeiro. Este obriga à apresentação ao órgão deliberativo de relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro. Este preceito legal tem vindo a ser cumprido, tal como atesta a ata da assembleia municipal de 26 de setembro de 2014.

Conforme consta do referido relatório o plano de saneamento não está a ser cumprido, tendo tal facto sido comunicado às entidades competentes em 21 de novembro de 2014.

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 20 de Abril de 2015

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,  
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Representada por

*[Handwritten signature of José Joaquim Marques de Almeida]*

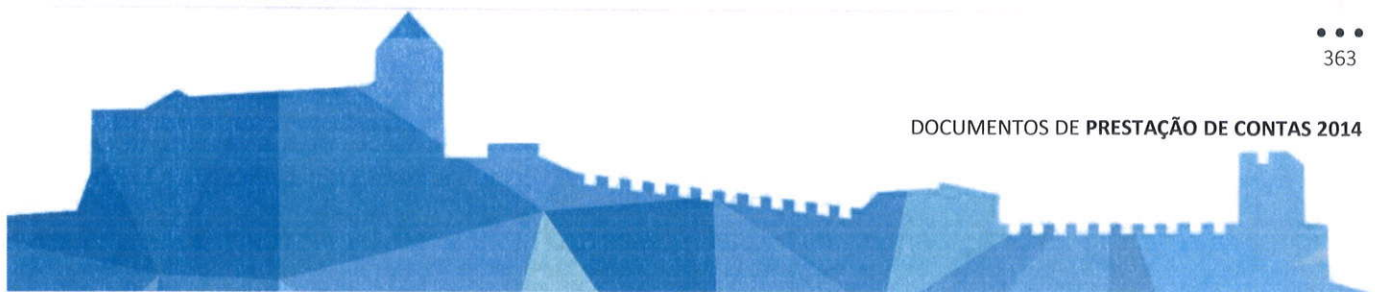
José Joaquim Marques de Almeida – ROC 571

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Real, nº 81, 2º andar  
6300 – 688 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@inai.telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Simões, nº 65 – 1º Pos/Esq  
3510 – 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax 232 435276  
Email: cfr.consultores@inai.telepac.pt

27





*Handwritten notes and signatures:*  
4  
1-1-9-0  
Linas  
[Signatures]

**ANEXO I**

Activo	31.12.2014		31.12.2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Imobilizado:</b>						
Bens de Domínio Público	38 662 276,01 €	31,1%	40 172 185,70 €	33%	- 1 509 909,69 €	-3,8%
Imobilizações Corpóreas	77 086 902,61 €	62,1%	79 242 312,94 €	65%	- 2 155 410,33 €	-2,7%
Imobilizações Incorpóreas	211 935,74 €	0,2%	211 935,74 €	0%	- €	0,0%
Investimentos Financeiros	845 016,30 €	0,7%	206 025,96 €	0%	638 990,34 €	310,2%
	<b>116 806 130,66 €</b>	<b>94,0%</b>	<b>119 832 460,34 €</b>	<b>98,1%</b>	<b>- 3 026 329,68 €</b>	<b>-2,53%</b>
<b>Circulante:</b>						
Existências	179 869,34 €	0,1%	155 063,17 €	0%	24 806,17 €	16,00%
Dividas de Terceiros - Médio e longo prazo						
Clientes	- €	0,00%	- €	0%	- €	n.a.
	- €		- €		- €	n.a.
Dividas de Terceiros - Curto Prazo						
Clientes c/c	130 404,33 €	0,1%	144 961,25 €	0%	- 14 556,92 €	-10,04%
Contribuintes c/c	90 938,71 €	0,1%	80 469,58 €	0%	10 469,13 €	13,01%
Utentes c/c	8 628,60 €	0,0%	6 335,10 €	0%	2 293,50 €	36,20%
Clientes / Contribuintes / Utentes Cobrança Duvidosa	3 379,54 €	0,0%	3 719,28 €	0%	- 339,74 €	-9,13%
Estado e Outros Entes Públicos	67 367,38 €	0,1%	40 755,77 €	0%	26 611,61 €	65,30%
Outros Devedores	2 192 998,90 €	1,8%	1 256 689,76 €	1%	936 309,14 €	74,51%
	<b>2 493 717,46 €</b>		<b>1 532 930,74 €</b>		<b>960 786,72 €</b>	<b>62,68%</b>
Títulos Negociáveis	- €		- €		- €	n.a.
Depósitos Bancários e Caixa						
Depósitos Bancários	855 082,27 €	0,7%	462 817,24 €	0%	392 265,03 €	84,76%
Caixa	3 155,42 €	0,0%	1 629,21 €	0%	1 526,21 €	93,68%
	<b>858 237,69 €</b>		<b>464 446,45 €</b>		<b>393 791,24 €</b>	<b>84,79%</b>
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Proveitos	3 861 930,45 €	3,1%	2 837,77 €	0%	11 783,56 €	-415,24%
Custos Diferidos	11 411,25 €	0,0%	180 671,40 €	0%	- 25,62 €	-0,01%
	<b>3 873 341,70 €</b>		<b>183 509,17 €</b>		<b>3 689 832,53 €</b>	<b>2010,71%</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>124 211 296,85 €</b>	<b>100%</b>	<b>122 168 409,87 €</b>	<b>100%</b>	<b>2 042 886,98 €</b>	<b>1,67%</b>

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, n.º 819 - Ed. Mond - Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marques@marquesalmeida.roc@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Reis, n.º 81, 2.º andar  
5300 - 668 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: varoci@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, n.º 65 - 1.º Post/Esq  
3510 - 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax: 232 435279  
Email: cif.consultores@mail.telepac.pt





*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
 4  
 2-1-9-1  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

**ANEXO II**

RUBRICAS	31 DE DEZEMBRO DE 2014		31 DE DEZEMBRO DE 2013		VARIACÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>CUSTOS</b>						
CMVMC	265 656,12 €	1,68%	238 964,45 €	1,54%	26 691,67 €	11,17%
FSE	4 033 576,49 €	25,52%	4 057 568,17 €	26,09%	-23 991,68 €	-0,59%
CUSTOS COM O PESSOAL	4 220 521,02 €	26,71%	4 204 474,40 €	27,04%	16 046,62 €	0,38%
TRANSF. E SUBS. CORR. CONC. E PREST SOCIAIS	305 856,24 €	1,94%	599 993,32 €	3,86%	-294 137,08 €	-49,02%
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	5 345 327,32 €	33,83%	5 196 095,96 €	33,42%	149 231,36 €	2,87%
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	662 574,90 €	4,19%	28 262,01 €	0,18%	634 312,89 €	2244,40%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	-
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	590 252,76 €	3,74%	668 760,09 €	4,30%	-78 507,33 €	-11,74%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	378 811,57 €	2,40%	555 190,73 €	3,57%	-176 379,16 €	-31,77%
<b>TOTAL</b>	<b>15 802 576,42 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>15 549 309,13 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>253 267,29 €</b>	<b>1,63%</b>
<b>PROVEITOS</b>						
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	927 889,69 €	5,68%	961 028,68 €	6,19%	-33 138,99 €	-3,45%
IMPOSTOS E TAXAS	4 909 673,80 €	30,06%	4 208 573,27 €	27,12%	701 100,53 €	16,66%
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	-
TRABALHOS P/ A PRÓPRIA EMPRESA	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	-
PROVEITOS SUPLEMENTARES	153 339,66 €	0,94%	192 292,58 €	1,24%	-38 952,92 €	-20,26%
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	7 849 676,73 €	48,06%	7 983 116,23 €	51,44%	-133 439,50 €	-1,67%
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	448,56 €	0,00%	423,64 €	0,00%	24,92 €	5,88%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	694 618,60 €	4,25%	701 914,08 €	4,52%	-7 295,48 €	-1,04%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1 799 049,32 €	11,01%	1 471 186,10 €	9,48%	327 863,22 €	22,29%
<b>TOTAL</b>	<b>16 334 696,36 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>15 518 534,58 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>816 161,78 €</b>	<b>5,26%</b>

<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>532 119,94 €</b>	<b>- 30 774,55 €</b>
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>-992 483,65 €</b>	<b>- 979 923,91 €</b>
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>104 365,84 €</b>	<b>33 153,99 €</b>
<b>RESULTADO EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>1 420 237,75 €</b>	<b>915 995,37 €</b>

4  
1  
2-1-3-4  
Lima  
Mural  
do  
Sinh  
Ar





# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones]*



**montemor-o-velho**  
MUNICÍPIO